

POLÍTICA

A destinação dos recursos do Fundo de Participação dos Estados continua agitando os debates na Comissão do Sistema Tributário.

Constituinte: uma briga por impostos.

SÃO PAULO

O vereador faz uma confissão. E pode ser cassado.

A carreira política do vereador paulistano Antônio Carlos Fernandes, líder, presidente e fundador do Partido Municipalista Comunitário (PMC), pode ter vida curta. Suas recentes declarações, em entrevista à imprensa, de que ele mesmo é "eleitoralmente corrupto", assim como são corruptos "todos" os vereadores da Câmara Municipal — e os políticos de maneira geral —, além do efeito bombástico, provocaram ontem o encaminhamento de um pedido de sua cassação, referendado por 29 vereadores.



Fernandes

Além da própria confissão de corrupção, Fernandes havia se notabilizado, até aqui, pela denúncia — em fase de apuração — da existência de uma caixinha no valor de Cz\$ 15 milhões, recebida "por muita gente", em troca da aprovação do projeto anistando edificações irregulares. É, também pela autoria de anteprojetos tidos, no mínimo, como folclóricos — como o que determinava a retirada de todos os cestos de lixo da cidade.

Mas foram mesmo suas declarações sobre corrupção que levaram ao pedido de sua cassação. Indignado com o teor das afirmações e especialmente com as generalizações de Fernandes, por tratar-se de um representante eleito pelo povo, um eleitor e munícipe, Omir Rizzato (um senhor de 50 anos, escrevente aposentado do Fórum), encaminhou ao presidente da Câmara Municipal, Brasil Vita, o pedido de cassação de seu mandato.

Com a aceitação da denúncia por 29 vereadores, e depois de muita polêmica, foi formada a comissão processante, que terá 90 dias para coletar os "elementos informativos do processo". Só então o pedido de cassação será votado em plenário. Formam a comissão os vereadores Tereza Lajolo (PT), Jooji Hato e Marcos Mendonça, ambos do PMDB.

De acordo com o Decreto-Lei Federal 201/67, o presidente da Câmara poderia afastar Fernandes depois do acolhimento da denúncia pela maioria dos vereadores. "Mas como advogado, sempre fui contra medidas punitivas antes do julgamento final", alegou Brasil Vita, ao proceder à formação da comissão processante.

DESTAQUE POLITICO

"As esquerdas são boas de galeria, mas ruins de voto"
Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), garantindo tendência moderada para a nova Constituição.

BARGANHA

O protesto contra essas nomeações

A Associação Comercial de Minas enviou ontem um telex ao presidente José Sarney e aos ministros Ronaldo Costa Couto, José Hugo Castelo Branco e Aníbal Teixeira, protestando contra a indicação do deputado do PFL, Paulino Cicero, para a presidência da Usiminas, decisão que considera "exclusivamente para atender a inusitados critérios de nomeações ou interesses meramente políticos".

A mensagem, assinada pelo presidente da entidade, Hiran Reis Corrêa, reflete a posição tomada pela ACM durante reunião de ontem da diretoria, quando foi ressaltado o comportamento de "leiloeiro de cargos" do governo federal, ao nomear políticos que não conseguiram êxito nas últimas eleições para a direção de empresas estatais como Usiminas e as demais empresas mineiras. Além de Paulino Cicero, candidato do PFL ao Senado, o governo federal nomeou para a direção da Acesita Energética o candidato a deputado federal, Euclides Cintra, também do PFL.

No telex, Reis Corrêa destaca que "são diretorias que exigem dirigentes eficientes, dotados de alta qualificação", enfatizando que "qualquer dispersão causará negativos efeitos na economia deste estado e do País".

DIPLOMACIA

A missão de Gonzales

Em sua visita ao Brasil, de 13 a 20 deste mês, o presidente espanhol Felipe Gonzalez tentará reequilibrar o balanço comercial entre os dois países, desfavorável à Espanha em mais de 500 milhões de dólares. Gonzalez virá acompanhado de seus ministros da Economia, da Cultura e das Relações Exteriores, e pretende reforçar também as relações políticas e culturais entre Brasil e Espanha.



Cardoso Alves irritado no plenário: irritado com as esquerdas e com a "reforma agrária ideológica".

renço, afirmava que as forças conservadoras da Constituinte acabarão prevalecendo em todas as comissões temáticas — inclusive a da Ordem Social.

A opinião de Lourenço é dividida com o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que acredita que a nova Constituição refletirá a vontade do eleitorado, que enviou à Assembleia uma maioria de centro. "As esquerdas são

boas de galeria, mas ruins de voto", justificou. A corrente moderada do PMDB, com exceção de Cardoso Alves, acredita em acordos envolvendo inclusive o sistema de governo e a duração do mandato do presidente Sarney. Cardoso insiste que a Constituinte não tem poderes para questionar o mandato do atual presidente — e não admite que a pressão eventual da sociedade possa modificar os votos dos constituintes: "A opinião pública já se manifestou em 15 de novembro passado elegendo uma maioria moderada para elaborar a nova Constituição".

Essa discussão não tem fim. Ontem as diferenças de caráter ideológico dentro do próprio PMDB agitaram o plenário num debate acirrado entre Cardoso Alves e Domingos Leonelli (PMDB-BA), que insistia que nenhum peemedebista poderia ficar contra a reforma agrária. Cardoso afirmava ser contra a "reforma agrária ideológica".

A duração do mandato presidencial é outro tema polêmico, e levou Mário Covas a recomendar que nem o relator da Comissão de Sistema de Governo, Egdio Ferreira Lima, nem o relator da Comissão de Sistema Eleitoral, Prisco Viana, deveriam sugerir duração de mandato nas disposições transitórias, antes de o PMDB decidir formalmente tal posição. Covas, no entanto, reconhece que, com ou sem decisão partidária, cada parlamentar deverá votar em plenário de acordo com sua convicção, "pois não se trata de matéria programática".

Na Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, o ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães, prestou depoimento ontem e analisou o primeiro parecer apresentado pelo deputado Artur da Távola. Magalhães criticou a possibilidade de o idoso ter direito à aposentadoria mesmo sem ter recolhido contribuição previdencial. "Se esse dispositivo permanecer, significará um sério risco para a Previdência Social, pois ninguém será estimulado a contribuir", atacou o ministro.

Os relatores das oito comissões temáticas começam a apresentar amanhã os pareceres finais, depois de examinar um total de mais de cinco mil emendas. E os governadores já estão mobilizados. Ontem mesmo começaram a desembarcar em Brasília para defender seus interesses particularmente junto aos constituintes da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Os governadores

do Sul querem garantir sua parcela no Fundo de Participação dos Estados; os do Nordeste vão lutar pelo restabelecimento do dispositivo que destina todos os recursos do FPE aos Estados com renda per capita menor que a renda nacional.

Essa briga por interesses promete movimentar o fim de semana de Brasília. O dispositivo que favorecia os Estados nordestinos chegou a ser aprovado pela Subcomissão de Tributos, mas foi modificado no substitutivo apresentado pelo relator da Comissão do Sistema Tributário, José Serra (PMDB-SP), que destinou apenas 20% do FPE aos Estados mais pobres, ficando os restantes 80% para distribuição por todos, incluindo os Estados com renda maior que a nacional, como São Paulo, Rio, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O governador pernambucano Miguel Arraes promete defender a posição nordestina junto a Serra — e vai contar provavelmente com o apoio de Tasso Jereissati, do Ceará, e Waldir Pires, da Bahia. Esse trabalho dos nordestinos conta com o apoio de uma equipe de técnicos da Sudene, que está assessorando os parlamentares na análise e na redação das propostas. Uma das reivindicações é a complementação do FPE aos Estados mais pobres, com a regionalização dos planos de desenvolvimento e dos orçamentos federais segundo um critério de proporcionalidade em relação às populações das macrorregiões.

Discussões

As discussões sobre os pareceres finais, contudo, devem se repetir em todas as outras comissões temáticas. O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, tomou o cuidado de manter conversações com todos os relatores do PMDB de modo a garantir a unidade pelo menos nas questões consideradas programáticas do partido.

Paralelamente à apreciação das emendas, as questões políticas voltam a se manifestar. O deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), pediu união contra as esquerdas, enquanto o líder do PFL, deputado José Lou-